

A proporção que os encanamentos iam sendo colocados, o Departamento de Águas e Esgotos exigia dos moradores que providenciassem, às suas expensas, a ligação respectiva, no que foi imediatamente atendido.

Posteriormente, por razões de ordem técnica, segundo alegam os responsáveis por essa Repartição, os serviços não foram terminados sendo que o D.A.E. determinou fossem cortadas as ligações que anteriormente havia autorizado.

Os moradores desse bairro, confiantes em que, dado o adiantado das obras, logo poderiam contar com o serviço de esgotos, aterraram as fossas sanitárias, o que criou uma situação verdadeiramente desesperadora, pois agora não contam nem com uma coisa nem com a outra e são obrigados a jogar os detritos em buracos abertos nos quintais e mesmo na própria rua, que representa sério perigo para a saúde pública.

Enquanto isso acontece, o D.A.E. permanece indiferente às reclamações que nesse sentido os interessados lhe têm dirigido, negando-se a informar a razão da paralisação dessas obras, bem como quando serão as mesmas reiniciadas.

Com o objetivo de esclarecer essa situação que está a exigir medidas providências do Governo, é que apresentamos o presente requerimento:

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas do Poder Executivo, em caráter urgente, as seguintes informações:

I — Por que motivo foram paralisadas as obras de instalação dos serviços de esgotos em Vila Cintrana, Parque São Jorge?

II — Quando pretende o D.A.E. reiniciar a execução desses serviços?

Um outro assunto, Sr. Presidente.

O Centro Social de Cabos e Soldados da Força Pública, representativa entidade que congrega essas duas distintas classes de nossa milícia estadual, comemorou no sábado próximo passado, dia 11 do corrente mês, o 4.º aniversário de sua criação.

As festividades comemorativas dessa significativa data contaram com a presença do Dr. Virgílio Lopes da Silva, DD, Secretário da Segurança Pública, e de vários oficiais do comando da Força Pública, e de sua programação destacamos a missa solene celebrada na capela militar, à rua Jorge Miranda; a bênção da bandeira da entidade e a disputada prova lúpic que se realizou no Quartel de Cavalaria da Força Pública.

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações com o Centro Social de Cabos e Sargentos da Força Pública pela passagem do 4.º aniversário de sua criação.

Requeremos, outrossim, seja dada ciência à entidade homenageada do deliberado por esta Assembléia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, várias vezes temos fomentado a discussão em torno das atuais condições de precariedade da Cadeia Pública de Ribeirão Preto. Consideramos-a, para os fins a que se destina, completamente superada e já, nesta altura, inteiramente nociva. E de se estranhar que, embora conheça o Poder Executivo do Estado, através não apenas das indicações a ele enviadas, como também de discursos proferidos da tribuna do Legislativo de São Paulo, a verdadeira situação desse presídio, não tenha, até agora, tomado as iniciativas que o problema exige para a sua solução. Nota-se, isto sim, e confrangedoramente o constatamos, uma inacreditável displicência e despreocupação pelo caso, própria de quem não quer resolvê-lo nem atentar para a gravidade do mesmo. A cadeia de Ribeirão Preto está superlotada. Destinada a conter apenas 70 detentos, lá se agrupam, neste momento, mais de 120 presos, numa promiscuidade terrível e nada edificante para a recuperação dos egressos da sociedade. Agravando tais condições, constata-se, também, a existência, no referido presídio, de presos atacados de moléstias perigosas e, para os quais, por absoluta pobreza de lugar e recursos materiais, não se dá o necessário e indispensável tratamento. O Poder Público não pode ficar indiferente a essa situação, sob pena de tornar-se passível às mais energéticas críticas e condenações. Há espaço dentro da área do terreno da atual cadeia de Ribeirão Preto. O Plano de Ação dispõe de recursos financeiros extraordinários para construções semelhantes. Portanto, o principal é que o Governo do Estado se disponha imediatamente a construir mais um prédio, concretizando uma aspiração justa e humana. O fato é que como está, não pode continuar a cadeia de Ribeirão Preto. Pensando assim, é que formulamos mais esta indicação:

"Indico ao Poder Executivo, através do órgão coordenador do Plano de Ação, a necessidade de mandar ampliar a cadeia pública de Ribeirão Preto, edificando, no próprio terreno onde se ergue a atual, mais um prédio destinado a dar, à população carcerária aí existente, acomodações mais humanas e condizentes com a dignidade do próprio indivíduo."

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônido Ferraz Júnior. (Pausa) — Tem a palavra o nobre deputado Marcondes Filho. (O Sr. Marcondes Filho pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois).

O SR. CID FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra, pelo artigo 80, para uma comunicação do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco, pelo artigo 80.

O SR. CID FRANCO (Sem revisão do orador) — Srs. deputados, a Comissão Executiva Estadual e o Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro, em reunião ontem realizada, resolveram aceitar a renúncia do Sr. Rui Novais à sua candidatura a prefeito de S. Paulo.

O partido recomenda aos socialistas a abstenção quanto à campanha de prefeito e conclama o povo de S. Paulo a eleger como vice-prefeito o vereador Freitas Nobre, cujas qualidades de lutador das causas populares já estão amplamente comprovadas.

Era, Srs. deputados, a comunicação que me cumpria fazer, em nome do Partido Socialista.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera. (Pausa) — Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano. (Pausa) — Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, estou encaminhando à Mesa projeto de lei propondo melhoria de proventos dos servidores da Justiça, que reputamos justo e necessário.

Durante o recesso desta Assembléia, fui procurado por uma comissão de pecuaristas da cidade de Indaiatuba que me solicitaram transmitisse ao Sr. Governador a necessidade que tem aquela cidade de possuir um serviço de vacinação na casa da lavoura.

Nesta oportunidade, encaminho à Mesa a seguinte:

(Lê) "Indicação n.º de 1961"

"Indicamos ao Chefe do Poder Executivo a conveniência de se criar o Serviço de Vacinação na Casa da Lavoura, em Indaiatuba, o qual compete ao Departamento da Produção Animal."

Sala das Sessões, 21 de março de 1961.

Justificação

"Entre as produções que desde os mais remotos tempos, têm feito a riqueza tanto econômica, como alimentar da nossa Pátria, reputa como pioneira a da pecuária. Realmente, se se falar em especial de um ciclo econômico do campo do gado, a verdade é que nunca se pode tratar de mesmo como um ciclo recente e que ora se tenha extinguido como o do Pau-Brasil."

"Permanecerá por todos os tempos em nossa terra, como uma constante da sua economia e como uma das bases de sua grandeza financeira, a pecuária."

"Acontece entretanto que, como noutras atividades produtoras, também estas, as atividades morbosas, têm atingido e prejudicado, por vezes gravissimamente."

"E" por isso que recebo dos pecuaristas de Indaiatuba o pedido do estabelecimento do Serviço de Vacinação na Casa da Lavoura local."

Tal serviço é afeto ao Departamento da Produção Animal da Secretaria da Agricultura."

Escusa justificar tão pertinente aspiração dos indaiatubanos."

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, estou apresentando à consideração desta Casa um requerimento, vazado nos seguintes termos: (Lê) "Requerimento n.º de 1961."

Nos termos regimentais requeremos seja concedida urgência para a tramitação do Projeto de lei n.º 20-61 (reestruturação da carreira dos Exatores). Justifica-se a urgência ora requerida, tendo-se em vista que a proposição em apreço fará justiça à classe dos exatores colocada em situação de inferioridade há muitos anos. Assim, não se compreendia retardar por mais tempo essa justiça, tanto mais que a mensagem ora recebida já fora prometida pelo Exmo. Sr. Governador desde o ano passado, conforme promessa reiterada por S. Exa. à Associação dos Exatores, em audiência a ela concedida em 8 de novembro de 1960.

Sala das Sessões, 11 de março de 1961.

Este requerimento está assinado por mais de sessenta deputados.

Sr. Presidente outro assunto que me traz a esta tribuna é o seguinte: Ninguém ignora que uma nação só dispõe de três meios para conseguir divisas: pela exportação, pelo ingresso de capitais estrangeiros e pela obtenção de empréstimos. Não nos parece viável, nem aconselhável que, sacando perigosamente contra o futuro, venhamos nós os brasileiros a recorrer a empréstimos no exterior para suavizar as nossas dificuldades. Supomos que um país como o nosso, que em 31 de dezembro do ano findo, sem considerar as operações de "swaps", já devia a impressionante quantia de 3 bilhões e 312 milhões de dólares, não deve nem sequer pensar em novos empréstimos. Da mesma forma, a diminuição progressiva e proporcional de aplicação de capitais estrangeiros em nosso país, especialmente da América do Norte, verificada nestes últimos anos e motivada por fatores vários da atual conjuntura internacional, inclusive pelo atrativo que oferecem os novos campos que se abrem na África com a independência de inúmeros países, não nos anima a pensar que essa corrente migratória de capitais venha a aumentar e a concorrer, de maneira positiva e a curto prazo, para a eliminação de nossas aperturas financeiras. Resta, portanto, a exportação. Entretanto, considerando-se que o aumento do volume físico de nossas vendas não tem compensado a baixa, no mercado internacional, dos preços de nossos principais produtos exportáveis, as receitas que daí extrairmos continuam cada vez mais minguadas, com tendência ao agravamento da situação pelo aumento sempre crescente da demanda de vários artigos de importação indispensáveis. E' esta, Sr. Presidente, sem exageros nem deformações pessimistas, a situação nada animadora com que se defronta o nosso país.

Alguma coisa, porém, poderá ser feita, para minorar a crise. A diversidade de nossa produção, por exemplo, de que tanto se fala mas pela qual nada se faz, seria uma delas. Se houvesse um pouco mais de objetividade em nossa política comercial com o exterior, fácil seria encontrar brechas por onde poderíamos penetrar, sem necessidade de passes de mágica nem esforços desmesurados e sacrificantes, com o simples aproveitamento de situações favoráveis comumente oferecidas pelo mercado internacional. Citaremos, por exemplo, o caso do rami, essa fibra que poderemos perfeitamente produzir em grande escala e em condições competitivas as mais favoráveis com os principais produtores do exterior, mas que vive relegada a uma posição secundária na pauta de nossas exportações, abandonada e desprotegida pelos poderes públicos, que além de nada fazerem no sentido de fomentar a sua produção, ainda criam óbices e entraves às exportações do produto, através de uma política inábil e prejudicial, a pretexto de proteção à indústria têxtil nacional.

A procura dessa fibra é enorme e todos os principais países industriais do mundo se interessam por ela, disputando as poucas disponibilidades das que a possuem para exportar, já que o rami é um dos únicos produtos mundiais do qual não existe superprodução. Entre nós, o principal comprador tem sido o Japão. Ainda em 1959, das 4.877 toneladas importadas, 1.304 foram vendidas pelo Brasil. O consumo da indústria japonesa cresce, porém, continuamente e daí os esforços de seus industriais para aumentar o plantio da fibra em certas áreas favoráveis, já que a sua produção interna não tem possibilidade de ampliação. Assim, com o apoio do próprio governo japonês, grandes importâncias foram aplicadas, em forma de financiamento, no sudoeste da Ásia, para o plantio da fibra; e até mesmo em nosso país, tentativas nesse sentido já têm sido feitas. Desencorajaram-se, porém, os nipônicos, ante o descaço de nossas autoridades e principalmente pela falta de garantia de regularidade de nossas exportações, sujeitas que estão a constantes proibições da CACEX, e foram procurar no Paraguai o ambiente, as facilidades, o amparo e as garantias que não pudemos, ou não quisemos oferecer-lhes.

Por simples incuria de nosso governo, perde-se, assim, ao mesmo tempo, duas grandes oportunidades: a do ingresso de apreciável corrente de capital para o financiamento das plantações e a da criação de um novo campo de atividade agrícola altamente promissor e capaz de carrear somas consideráveis de divisas para o país.

Exemplos como esse são desanimadores, Sr. Presidente. E a triste conclusão a que se chega é a de que não só não possuímos a habilidade necessária para a criação de novas condições de vida para o país, mas também revelamos um verdadeiro e lamentável desprezo pelas raras oportunidades que se nos oferecem, não passando de pura retórica os propalados propósitos de diversificar a nossa produção e expandir as nossas exportações.

O assunto, porém, pela sua complexidade e interesse, merece uma análise mais aprofundada. Voltaremos a ele, para considerarmos também o que nós, em São Paulo, estamos fazendo ou poderemos fazer nesse terreno.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Pedro Paschoal.

O SR. PEDRO PASCHOAL (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, assomo a esta tribuna, hoje, a fim de tecer breves considerações acerca de problema, e grave que está a afligir os citricultores da cidade de Bebedouro. Trata-se, Sr. Presidente e nobres pares, da existência de uma praga que está afetando os pomares de laranjeiras de minha cidade. E, fato de suma importância, essa praga foi perfeitamente identificada, tendo o Instituto Biológico recebido material para fazer as necessárias observações sobre a lagarta causadora desse mal.

Na cidade de Bebedouro já há três pomares atacados pela praga em causa. E verifica-se que os mesmos produziram no ano passado colheitas abundantes apresentando-nos frutos perfeitos. Entretanto, a lagarta os atacou durante a florada, em agosto, tendo-se verificado a perda quase total das frutas, eis que as que se desenvolveram apresentaram-se com lesões profundas e cicatrizes, tornando, portanto, essa produção imprópria à exportação.

E exemplifico: o pomar da firma José Cutrale, um dos atingidos pela praga, tem, hoje, falta de 120.000 caixas dessa fruta; o da firma José de Lúcio ficou tão prejudicado que, tendo produção média anual de 30.000 caixas, hoje, quase nada produziu; a chácara do Sr. Orlando França Carvalho colheita 1.500 caixas de laranjas a menos.

Por outro lado, valho-me do ensejo para esclarecer à Casa que o Instituto Biológico por intermédio do dr. Puzzi e de seus auxiliares, tomou providências visando sanar o mal, tendo chegado à conclusão de que o inseticida fosforado "Fulidol" poderá ser eficaz no combate a essa praga, mas deve ser aplicado duas vezes, espaçadas.

Estudos levados a efeito, por outro lado, esclarecem que para realizar a tarefa de combate à praga em evolução deveriam ser utilizados pelo menos sete pulverizadores da marca "Joan Bean", os quais custam, no momento, Cr\$ 400.000,00 cada um.

Ora, teriam que ser gastos, para erradicação desse mal de nossos pomares 3.500 litros de "Fulidol", ao preço de Cr\$ 950,00 o litro, que somariam Cr\$ 3.325.000,00.

Ademais, teria que ser efetuado um policiamento perfeito em todos os pomares adjacentes, a fim de evitar o progresso dessa praga, pois quanto o município de Bebedouro, possuindo 1.700.000 pés de laranjas, tem, nas circunvizinhanças cerca de 1.300.000 árvores em produção.

Sr. Presidente e Srs. deputados, o tempo de que disponho, no entanto, não me permite alongar minhas considerações, dizendo do perigo que tal situação representa a um centro produtor de laranjas como Bebedouro.

Finalizando, declaro a meus nobres pares que, oportunamente, retornarei a esta tribuna com o fim especial de prosseguir na análise deste problema de tanta envergadura para nossos citricultores, trazendo, inclusive, amostras do produto atacado pela praga etc., que darão idêa a meus nobres colegas do perigo que a mesma representa para nossos pomares. Aliás, medidas concretas foram tomadas, visando erradicar o cancro cítrico de nossos pomares, porém, paralelamente, com o surgimento desta nova praga, tornar-se mister medidas urgentes e que visem também exterminá-la em definitivo, dado o perigo de sua propagação rápida por toda a região produtora dessa fruta, que hoje encontra soberbo mercado internacional.

Convém acrescentar que inclusive o erário federal sofrerá com a diminuição de produção, porquanto as divisas auferidas pelo Estado com a venda de laranjas para o estrangeiro são apreciáveis.

Confio em que S. Exa., o Sr. Secretário da Agricultura, que a estas horas deverá também estar ciente do problema, por intermédio dos órgãos estaduais competentes determinará, sem tardança, medidas eficazes contra a propagação dessa praga a pomares circunvizinhos, pois no início a praga se apresentava sem grandes consequências, mas hoje, já adquiriu aspecto perigoso aos pomares podendo acarretar, também, prejuízos monetários iminentes aos nossos citricultores.

A guisa de sugestão, lembraria ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura que pelo departamento competente determinasse a imediata concessão de financiamento aos citricultores, a fim de adquirirem o inseticida eficaz no combate a essa praga, através da Cooperativa dos Citricultores de Bebedouro, ou, ainda, por intermédio de verba que se destine a essa finalidade e fixada em lei, como também pelo Fundo Apropriadário, que a esta altura já deverá estar regulamentado.

Apresentarei projeto de lei propondo Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Cooperativa de Citricultores da Zona de Bebedouro, porém, até a aprovação desse projeto, os nossos pomares já estarão liquidados.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Rocha Mendes Filho.